



Crédito: Ivan Franchet



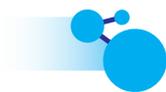
**Gestão de
Política de
Alfabetização**

UMA PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

Instituto
**Ayrton
Senna**



Educação do futuro,
agora.



INSTITUTO AYRTON SENNA

PRESIDENTE

Viviane Senna

GERENTE EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO

Inês Kisil Miskalo

CONCEPÇÃO DE CONTEÚDO

Eladio Sebastian Heredero

Inês Kisil Miskalo

Maria Regina Baroni

Shirley Ferrari

REDAÇÃO

Inês Kisil Miskalo

Shirley Ferrari

EDIÇÃO

Marta Pagotto

REVISÃO

Mari de Almeida

CRIAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

MarkFix Comunicação

- 2018 -

© Instituto Ayrton Senna

SUMÁRIO



1. APRESENTAÇÃO	05
1.1 O Instituto Ayrton Senna	06
1.2 O direito à Educação Integral começa na alfabetização	07
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	08
2.1 A ineficiência do processo de alfabetização	09
2.2 Competências socioemocionais	12
2.3 Alfabetização integral	16
2.4 Política pública educacional	17
3. GESTÃO DE POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO	19
3.1 Objetivos	20
3.2 Principais elementos da gestão da alfabetização	21
3.3 Normatização	21
3.4 Referenciais Curriculares	22
3.4.1 Referencial curricular para o Ciclo de Alfabetização	24
3.5 Metodologias de trabalho	28
3.5.1 Diagnóstico dos níveis de aprendizagem	28
3.5.2 Agrupamentos flexíveis	29
3.5.3 Professor de apoio, principalmente para o 3º ano	29
3.5.4 Atividades integradoras	29
3.5.5 Planejamento e rotina da aula	30
3.6 Gestão de processos	31
3.6.1 Diagnosticar	32
3.6.2 Planejar estrategicamente	32
3.6.3 Executar e acompanhar	32
3.6.4 Avaliar processos e resultados	33
3.7 Formação de profissionais	33
4. CONCLUSÃO	36
5. BIBLIOGRAFIA	39



1. APRESENTAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

1.1 O INSTITUTO AYRTON SENNA

Em 1994, Ayrton Senna idealizava um país em que todos tivessem a oportunidade de ser vitoriosos em seus sonhos. E oportunidade é uma palavra instigante porque implica em aumentar a chance das pessoas de se desenvolverem plenamente, de adquirir capacidade para aprender ao longo da existência, de ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente. Enfim, é garantir o bem-estar e a dignidade de todas as pessoas, sem exceção. Para isso, ele desejava criar uma organização, com foco na Educação, que atuasse no sentido de combater o grave problema de exclusão social, que coloca à margem da sociedade milhões de brasileiros.

“ Eu penso muito sobre tudo, não posso evitar. Vou de uma ideia a outra. E todos os planos viram um sonho que vejo crescer, progredir. Vejo pessoas felizes através deles, principalmente crianças. ”

Ayrton Senna

Apesar de Ayrton não ter tido tempo de participar dessa construção, sua irmã, Viviane Senna, deu início à concretização do sonho do tricampeão de Fórmula 1, ainda no ano de 1994, com a criação do Instituto Ayrton Senna. Desde então, a organização contribui para ampliar as oportunidades de crianças e jovens brasileiros por meio da Educação Integral, porque acredita que essa é uma das vias mais eficazes para que as pessoas desenvolvam seu pleno potencial e tenham chance de participar ativamente da sociedade como agentes de transformação.

Essa é a base da atuação do Instituto, que produz e dissemina conhecimentos no campo da Educação Integral, estabelecendo parcerias com secretarias estaduais e municipais de Educação, universidades, órgãos federais, pesquisadores e cientistas nacionais e internacionais para formar gestores e educadores de todo o Brasil. Além disso, desenvolve soluções educacionais que podem ser implementadas como políticas públicas em qualquer região do Brasil.

Por fim, mobilizamos gestores públicos, educadores e pesquisadores sobre a necessidade de construir saberes e práticas contempladas em políticas públicas, com atenção a diversos aspectos e um deles é a importância do tema alfabetização para a concretização da Educação Integral e ao direito a aprender, à inserção social e ao acesso aos bens culturais. A alfabetização - ainda que não seja o único - é o primeiro passo na garantia desse direito maior.

1.2 O DIREITO À EDUCAÇÃO INTEGRAL COMEÇA NA ALFABETIZAÇÃO

A Educação Integral defendida pelo Instituto Ayrton Senna ultrapassa a ideia de “educação em tempo integral”, na medida em que não se limita à ampliação da jornada escolar, mas pressupõe uma mudança de visão das redes de ensino sobre o processo educacional, considerando o desenvolvimento de **competências cognitivas** (como saber ler, escrever e calcular), mas também, e intencionalmente, outras habilidades ligadas ao relacionamento intra e interpessoal, aos valores, ao caráter: as chamadas **competências socioemocionais** (como habilidades de colaboração, empatia, autocontrole e persistência, entre outras). Evidências científicas têm mostrado que trabalhar essas competências em sala de aula, em diversos contextos e desde a mais tenra idade, impacta no desenvolvimento das crianças e dos jovens, tendo influência positiva na permanência e sucesso do aluno na escola, na diminuição de ocorrências de violência na comunidade e em uma série de outras conquistas e realizações ao longo da vida.

A experiência do Instituto Ayrton Senna com o tema alfabetização teve início na segunda metade da década de 1990, durante o processo de implantação e implementação do programa **Acelera Brasil**, voltado para a regularização do fluxo escolar de alunos com, no mínimo, dois anos de distorção entre a idade e a série cursada. A expectativa era de que os alunos com esse perfil estivessem alfabetizados, pois estavam na escola há, no mínimo, três anos. Mas não foi essa a realidade encontrada: mais de 30% deles, em todas as regiões do País, não haviam desenvolvido habilidades para o uso competente da língua escrita.

Ciente de que a fragilidade da alfabetização compromete o desenvolvimento integral do aluno, ao reduzir sua autoestima e autoconfiança, o Instituto Ayrton Senna assumiu o desafio de desenvolver uma solução educacional para superação da defasagem em alfabetização: o programa **Se Liga**¹, que continua a ser demandado por número considerável de redes de ensino, praticamente 20 anos depois de sua criação.

A maior causa da manutenção dessa triste realidade encontra-se na ineficácia dos processos de alfabetização, que pode ser confirmada pelos resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), aplicada em 2016: dos 2,5 milhões de alunos avaliados de 50 mil escolas, mais da metade (55% em Leitura e 54% em Matemática) figuram nos dois níveis mais baixos da escala de proficiência e apenas 13% dos alunos da rede pública matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental atingiram o nível 4 da escala de Leitura, o que seria esperado, dado que essas crianças já estavam no processo escolar, no mínimo, há três anos.

Esses dados explicitam um fracasso que, muitas vezes, é considerado apenas do ponto de vista da aprendizagem do aluno, e não do ensino ou das políticas educacionais, mas que, de qualquer forma e em algum momento, acarreta efeitos nefastos por meio de reprovações, abandonos e, conseqüentemente, da geração de distorção entre a idade do aluno e o ano escolar em que este se encontra. Esses fatores impactam negativamente não apenas a vida do estudante enquanto tal, mas também o entusiasmo para sua formação como cidadão autônomo.

Diante desse cenário, o estabelecimento de uma política educacional voltada para alunos matriculados no chamado Ciclo de Alfabetização, que vai do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental na maioria das redes de ensino brasileiras, torna-se imperioso e estratégico para garantir o direito constitucional à aprendizagem e ao desenvolvimento das novas gerações, e requer dos governos oportunizarem o acesso, a permanência e o pleno desenvolvimento desses alunos nos estabelecimentos educacionais.

1. O Se Liga alfabetiza estudantes matriculados do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, que estão defasados nos estudos em dois anos ou mais. Durante um ano e em classes específicas, o Se Liga promove a alfabetização plena, de maneira integrada ao desenvolvimento socioemocional, para que os alunos sigam em frente em seus estudos.



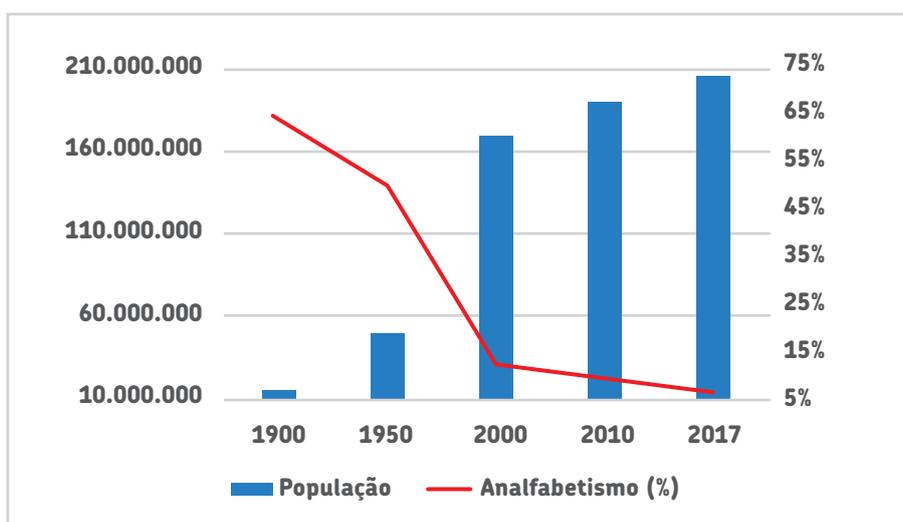
2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 A INEFICIÊNCIA DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

O tema alfabetização e seu contraponto, o analfabetismo, faz parte da história do Brasil e tem desafiado sucessivos governos a apresentarem propostas voltadas, principalmente, para a erradicação desse grave problema entre a população de 15 a 60 anos ou mais. No início do século 20, mais da metade da população era composta por analfabetos, como podemos ver no quadro abaixo:

Relação entre população brasileira e analfabetismo (1900 a 2017)



OBS.: população em 2017 é projeção. Último censo demográfico é de 2010. Os dados de analfabetismo de 2017 são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad).

Apesar de o analfabetismo apresentar declínio, foram precisos 117 anos para reduzir 58 pontos percentuais, média de 0,5 por ano (65,3% em 1900 para 7,2% em 2017). Na década que separa os dois últimos censos, a redução foi mais lenta com quatro pontos percentuais em dez anos (14% em 2000 e 10% em 2010). E não faltaram propostas governamentais focadas no público adulto, nos últimos 60 anos, para superar esse enorme desafio social: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), de 1967 a 1985; o Programa Alfabetização Solidária, a partir de 1997; e o Programa Brasil Alfabetizado, a partir de 2003.

O fator mais preocupante nesse processo é que o acesso à escola formal, embora quase universalizado (a taxa de matrícula de crianças de 7 a 14 anos está em torno de 96,5% - dados 2016), não eliminou a produção de novos analfabetos. Ainda resistem as desigualdades decorrentes da nossa história. Prova disso é a taxa de analfabetismo de 6,5% das crianças com 10 anos de idade, no censo de 2010, o que permite inferir que, para algumas delas, o acesso à educação formal não significou o ingresso no mundo letrado. Ou seja, estar na escola não garante o sucesso, nem a escolarização.

Outra maneira de aferirmos a ineficiência dos sistemas de ensino no quesito alfabetização é a existência de jovens de 15 anos na parcela da população identificada como não alfabetizada, embora seja possível concluir que tenham tido a oportunidade de ingressar na escola aos 7 anos de idade, como benefício da ampliação do acesso. Pela Pnad 2012: constava como não alfabetizada 0,9% da população de 15 anos (32.747), sendo que 31,8% declararam que já tinham frequentado escola (10.414).

O Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf)², uma fonte de informações confiável sobre o tema em questão, registrou em seu relatório de maio/2016 o índice de 4% de analfabetos entre 15 e 64 anos de idade e 23% de alfabetizados em nível rudimentar. A somatória desses dois níveis, 27%, constitui o chamado **analfabetismo funcional**, quando a pessoa não consegue realizar tarefas simples que envolvam leitura de palavras e frases, ou o fazem com comprometimento do resultado. No extremo oposto, apenas 8% dos respondentes estão no último grupo de alfabetismo, o proficiente, em que se dá o domínio de habilidades que permitam compreender e interpretar textos em situações usuais e a resolver problemas que envolvam múltiplas etapas, operações e informações.

Pessoas que conhecem letras e números, mas não conseguem ler ou fazer contas, são chamadas de **analfabetas funcionais**.

Pesquisa do Inaf mostra que esta era a condição de 27% dos adultos brasileiros em 2015.

Alguns estudos sugerem que as competências socioemocionais podem funcionar como um antídoto para a desigualdade social brasileira. A partir dos dados do Inaf 2015, o economista Ricardo Paes de Barros³ demonstra que, apesar das dificuldades, existe uma porção da população brasileira de baixo nível socioeconômico que consegue obter altas realizações na vida (alto grau de alfabetização, escolaridade e remuneração). Segundo o estudo, o que diferencia essas pessoas daquelas que não conseguem realizações é o seu maior grau de abertura para o novo, de autogestão e autoconceito.

Em análise sobre indicadores de qualidade de vida (renda, saúde, planejamento familiar e educação dos filhos), realizada com pessoas de 35 anos, Paes de Barros é enfático: “Quem não teve três anos de escolaridade possui resultados menos favoráveis nas realizações de vida aos 35 anos. Isso indica que toda a vez que a gente não alfabetiza um estudante na idade certa, há inúmeras consequências para a vida futura dele.”

Apesar de tentativas do governo federal em adotar estratégias para melhorar a alfabetização dos alunos da Educação Básica, como o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), em 2012, ainda é crítica a estagnação da aprendizagem, como revelada pela ANA, em 2016. Os resultados mostraram que 54,73% dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental permaneceram em níveis insuficientes de leitura – aferidos como 1 e 2. Na avaliação realizada em 2014, esse percentual era de 56,1%.

A partir desses resultados, o MEC criou, em 2018, o Programa Mais Alfabetização com o objetivo de apoiar escolas no processo de alfabetização dos estudantes de todas as turmas dos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. O bloco de ações do programa envolve a formação de professores alfabetizadores (incentivo ao mestrado e residência pedagógica) e o fortalecimento da gestão das secretarias de Educação e escolas, além de material didático. O diferencial desse programa é o investimento em assistentes pedagógicos, que irão auxiliar os professores em sala de aula no acompanhamento diferenciado para as diversas necessidades pedagógicas dos alunos.

2. Pesquisa idealizada em parceria entre o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa e realizada com o apoio do Ibope Inteligência, com o objetivo de mensurar o nível de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos, avaliando suas habilidades e práticas de leitura, de escrita e de Matemática aplicadas ao cotidiano.

3. Pesquisa realizada em 2016, em parceria entre Instituto Ayrton Senna, Instituto Paulo Montenegro e Ação Educativa. Foram avaliadas três competências socioemocionais: abertura para o novo (capacidade de estar aberto para novos caminhos), autogestão (capacidade de persistir, comprometer-se e se organizar) e autoconceito (crença e confiança em si mesmo).

Quando a ANA apresenta os resultados de Leitura em quatro níveis⁴, e considera alfabetizados os alunos de nível 2, é importante que se avalie o quanto o aluno, nessa situação, tem condições de aprendizagem para acompanhar o 4º ano do Ensino Fundamental.

Conhecimentos esperados Nível 2 (ANA)	Conhecimentos necessários para acompanhar o 4º ano (relacionados ao nível 4 - ANA)
Ler textos curtos Reconhecer a finalidade desses textos Fazer inferências Articular linguagem verbal e não verbal	Reconhecer tempo verbal Ter noção de pronomes e advérbios Inferir sentido em textos diversos e mais extensos

Considerando que o referencial curricular do 4º ano prevê um amplo trabalho com leitura de textos de maior extensão, com relativa autonomia leitora nas diferentes disciplinas, pode-se inferir o potencial de fracasso a que o aluno desse ano escolar estará exposto, caso não termine o Ciclo de Alfabetização no nível 4. Assim também em relação à Matemática, quando é exigido dele resolver problemas ou fazer decomposições com números de até três algarismos e reconhecer relações em gráficos mais complexos (exigido no nível 4 da escala ANA).

As taxas de rendimento⁵ nesse ciclo indicam serem necessários uma atenção e um esforço adicional no 3º ano do Ensino Fundamental, pois é justamente nesse momento que se dá o primeiro grande movimento de retenção ou exclusão na trajetória escolar, quando as crianças que não atingiram as expectativas de aprendizagem para os primeiros anos de escolaridade começam a ficar para trás.

Configura-se, então, neste momento, o primeiro grande salto na distorção idade-série, quando esta taxa atinge 16%, cinco vezes a verificada no 1º ano, que é de 3% (dados redes públicas, 2016). E continua a crescer à medida que se avança nos anos e etapas da Educação Básica, chegando a comprometer o sucesso pessoal, social e profissional de mais de seis milhões de alunos. Uma verdadeira tragédia determinada, em sua maior parte, pela fragilidade da alfabetização nos primeiros anos escolares.

Na tabela, a seguir, nota-se que os índices de abandono e reprovação também aumentam no 6º ano do Ensino Fundamental, quando se dá um momento de mudança no processo pedagógico, tanto no âmbito estrutural das disciplinas quanto emocional para o aluno, principalmente na sua relação com uma maior quantidade de professores.

Taxas de reprovação, abandono e distorção idade-série (2016)

	1º EF	2º EF	3º EF	4º EF	5º EF	6º EF	7º EF	8º EF	9º EF
Reprovação	1,3%	2,7%	12,5%	8,4%	7,8%	15,7%	13,5%	11,3%	9,4%
Distorção idade-série	3%	6%	16%	20%	23%	32%	31%	30%	26%
Abandono	1%	0,8%	1,1%	1,2%	1,4%	3,7%	3,4%	3,5%	3,5%

	1º EM	2º EM	3º EM
Reprovação	18,4%	11,7%	6,7%
Distorção idade-série	36%	29%	25%
Abandono	9,7%	7%	5%

Dados: MEC/Inep 2016 – rede pública

4. **Níveis de Leitura da ANA.** Nível 1: conseguem ler palavras simples, como “casa”; Nível 2: localizam informações explícitas em textos curtos e inferem sentido; Nível 3: localizam informação explícita em texto longo e inferem relação de causa e consequência; Nível 4: reconhecem relação de tempo em texto verbal e identificam pronomes.

5. Taxas de rendimento – rendimento escolar é a situação de êxito ou insucesso do aluno, por matrícula, ao final do ano letivo. As taxas são de aprovação, reprovação e abandono.

A queda da distorção idade-série posterior ao 6º ano do Ensino Fundamental reflete a evasão escolar com a conseqüente redução de matrículas, que se repete no 3º ano do Ensino Médio. A taxa de reprovação e abandono da escola, na rede pública, é de mais de 19% no 6º ano do Ensino Fundamental. E no 1º ano do Ensino Médio piora: vai para 28%. O índice de abandono escolar aumenta justamente no final do Ensino Fundamental para o início do Ensino Médio. Isso se dá por um processo progressivo: o aluno não aprende direito, é reprovado, repete o ano, mas acaba por desistir quando defrontado com conteúdos complexos que exigem mais dele, entre outros motivos.

Muitos dos que conseguem terminar a Educação Básica entram nas estatísticas de analfabetismo funcional. É o efeito do não aprendido.

Um em cada quatro jovens brasileiros de 15 a 17 anos não está frequentando o Ensino Médio. Perdem-se alunos pelo caminho e os que chegam têm baixo desempenho em avaliações. Segundo o Pisa 2015⁶, 51% dos estudantes brasileiros de 15 a 16 anos estão abaixo do nível 2 em Leitura – patamar que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estabelece como necessário para que o estudante possa exercer plenamente sua cidadania. Ou seja, metade dos jovens que estão terminando o Ensino Fundamental, ou no início do Ensino Médio, não consegue fazer inferências no texto lido. Em Matemática, esse índice é mais alarmante: sete em cada dez dos estudantes avaliados estão abaixo do nível 2.

Assim, atuar ostensivamente no ciclo inicial do Ensino Fundamental, com atenção especial ao 3º ano, apresenta-se como uma possibilidade para a redução de esforços e recursos futuros destinados a projetos que visam a resgatar alunos do universo da distorção e dar fluidez ao percurso escolar. Uma política de alfabetização precisa comprometer-se com a criação de oportunidades para que o aluno, ao concluir os três primeiros anos escolares, esteja preparado para seguir em sua vida como estudante e como cidadão.

2.2 COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

O processo de alfabetização vai muito além de tornar as crianças e os adultos capazes de decodificar símbolos, compreender os códigos e utilizá-los em situações práticas (ler, escrever e contar em determinados contextos). Do ponto de vista da Educação Integral, alfabetizar não é só transmitir as regras de uma língua, mas sim ensinar à criança múltiplas linguagens que ela vai precisar manejar ao longo de sua vida, como a linguagem corporal, os meios digitais, a arte ou o letramento científico, e também desenvolver competências socioemocionais para enfrentar os desafios do século 21.

Competências socioemocionais são entendidas como características influenciadoras do modo como uma pessoa pensa, sente, decide e age em determinada situação ou contexto. O Instituto Ayrton Senna adota um modelo científico que agrupa as competências socioemocionais em cinco grandes domínios: autogestão, engajamento com os outros, amabilidade, resiliência emocional e abertura ao novo. Esses domínios são entendidos como cinco macrocompetências e reúnem diversas competências mais específicas. Para o contexto brasileiro, as cinco macrocompetências foram desdobradas em 17 competências socioemocionais, que devem ser consideradas pelas escolas do País.

6. Realizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Pisa é uma avaliação trienal de estudantes que possuam idade entre 15 anos e 3 meses (completos) e 16 anos e 2 meses (completos) no início do período de aplicação, que estejam matriculados em instituições educacionais localizadas no país participante e que estejam cursando, no mínimo, a 7ª série/ano. A última foi realizada em 2015.



Estudos nacionais e internacionais sobre o impacto das competências socioemocionais na vida das pessoas abrem a perspectiva do trabalho educativo orientado para sua integração ao fazer pedagógico.

Algumas intervenções têm se mostrado eficazes, como atividades que envolvam discriminação e reconhecimento de semelhanças e diferenças, descoberta e generalização de regras ou solução de problemas. Para crianças e jovens de contextos desfavoráveis, nos quais a mãe não estudou, o pai é ausente, não há livros na casa etc., as habilidades socioemocionais são ainda mais importantes, pois podem compensar essas carências de alguma forma e em alguma medida.

Na verdade, pode-se afirmar que a discussão sobre o desenvolvimento de tais competências parece sempre ter sido objetivo da Educação, já que não é de hoje que se fala em formação integral do sujeito, ou que a escola não deve preocupar-se apenas com a transmissão de conteúdos “acadêmico-escolares”, mas também com sentimentos e emoções de seus alunos.

A diferença apresentada por esta perspectiva de Educação Integral está na intencionalidade de construir um ambiente estimulante para os alunos desenvolverem as competências socioemocionais e em sua explicitação e sistematização nos planos e planejamentos educacionais.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) indica a construção intencional de processos educativos que promovam a Educação Integral:

(...) a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades.

BNCC p. 14

Além disso, o documento propõe dez competências gerais que devem articular-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, sendo que as habilidades socioemocionais estão presentes, especialmente nas cinco últimas:

6

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e **fazer escolhas alinhadas ao seu projeto de vida pessoal, profissional e social**, com liberdade, autonomia.

7

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e **defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental** em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas e com a pressão do grupo.

9

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.

10

Agir pessoal e coletivamente com **autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação**, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: BNCC

É importante saber que tal forma de trabalho com foco na Educação Integral possibilita que tanto adultos quanto crianças aprendam a selecionar atitudes mais adequadas para controlar emoções, alcançar objetivos, demonstrar empatia, manter relações sociais positivas e tomar decisões de maneira responsável e sustentável, entre outros. Ou seja, o cuidado consigo, com o outro, com seu entorno e com o planeta.

Ingressar na escola é, para a maioria das crianças, a oportunidade de compreender o sistema alfabético, de ultrapassar a linha que separa alfabetizados de não alfabetizados, e iniciar o caminho rumo à formação do escritor e leitor proficientes, que se apropriam gradativamente dos vários aspectos da língua escrita, mesmo que desde cedo tenham entrado em contato com o sistema de escrita e tido a mediação dos adultos no cotidiano social.

Mas para que tenha o prazer do sucesso nessa empreitada, os educadores e gestores que as receberão na escola, e serão os responsáveis por seu desenvolvimento, precisam ter duas crenças básicas:

- a) As crianças podem ser alfabetizadas nos primeiros anos escolares, embora em ritmos diferentes
- b) Alfabetizar é um processo que envolve habilidades cognitivas e socioemocionais, que une conhecimentos e emoções

E precisam ter respostas para algumas perguntas, como: saber para que serve alfabetizar, quem aprende e quem ensina a ler e a escrever, por que as pessoas podem não ter acesso à alfabetização, e o que ela permite às pessoas fazerem em seus contextos?

O que é ser alfabetizado

Segundo a BNCC, “as atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais.”

A base para o desenvolvimento desse conjunto de práticas é o processo de alfabetização, que deve ser o foco da ação pedagógica nos anos iniciais da Educação Básica. A escola deve garantir ao estudante a apropriação do sistema de escrita alfabética, de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades e linguagens, incluindo os usos sociais da escrita e da Matemática.

É preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura, ou seja, consigam “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua.
BNCC. P. 88

A alfabetização implica em dominar o sistema de escrita alfabética para adquirir habilidades de compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.

Planejar o percurso educativo contínuo das crianças pelos anos do ciclo inicial, tendo em vista o direito à alfabetização na língua materna, na Matemática e outras linguagens, requer compreender seu momento de desenvolvimento e a existência de novas possibilidades de aprender e ensinar, expostas pelo avanço da neurociência e, mais especificamente, da neuropedagogia, que comprovam que a alfabetização modifica o cérebro e torna a pessoa capaz de mudar sua forma de pensar, argumentar e ser criativo, inserindo-se com mais equidade no exercício de uma cidadania participativa. Daí a importância de se entender e praticar o significado da Educação Integral e da alfabetização integral.

2.3 ALFABETIZAÇÃO INTEGRAL

A escola é um espaço privilegiado onde a criança e o jovem devem adquirir conhecimentos e ter oportunidades de: formar laços sociais, conviver com as diferenças, gerenciar suas emoções ao se depararem com sucesso ou fracasso, lidar com riscos e recompensas e aprender a ter responsabilidades, entre outras habilidades. Ou seja, além do acesso às aprendizagens essenciais definidas na BNCC, a escola também pode, intencionalmente, garantir oportunidades para o desenvolvimento de competências e habilidades de comunicação, colaboração, abertura para o novo, resiliência etc.

Assim, quando falamos em alfabetização integral, estamos fazendo referência não só à dimensão integradora da alfabetização em seus processos iniciais — o aluno deve ter proficiência leitora e escritora para o estudo de outras disciplinas, para compreender textos científicos e a linguagem matemática ou entender o próprio corpo como instrumento de comunicação —, mas também trazendo a ideia de que tal integração promove o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais que transformam a criança no “ser pleno” para viver e se desenvolver com autonomia na contemporaneidade.

Quanto mais intercâmbios forem realizados entre a alfabetização e outros conhecimentos, advindos de diferentes disciplinas, maior será o enriquecimento para a formação integral da criança.

Tomando como pressuposto o fato de que a criança já faz uso de sua língua materna desde bebê, a escola deve ter como finalidade a ampliação das competências linguísticas (escutar, falar, ler e escrever), para que a criança possa participar em práticas sociais, para além do espaço familiar ou do espaço social circunscrito aos seus pares.

Além das capacidades relacionadas à compreensão e à interpretação da linguagem, que se desenvolvem em interface com a linguagem oral, a alfabetização inclui o desenvolvimento de capacidades relacionadas a percepção, memorização e habilidades sensório-motoras, num conjunto complexo de fatores que se materializam de maneira integrada na ação do ler e do escrever.

Neuroplasticidade

O cérebro é capaz de aprender ao longo da vida, pois possui uma certa plasticidade que os cientistas apontam como uma propriedade de alterar-se devido a mudanças no ambiente, na aquisição de informações e mesmo diante de um dano. Quanto mais somos estimulados, mais aprendemos. E existe um período especialmente importante para o aprendizado dos seres humanos: a Pré-Escola e o início do Ensino Fundamental, quando o cérebro está em intenso desenvolvimento e mais propício para reorganizar os seus circuitos neuronais e adquirir novas sinapses e conhecimentos. As crianças aprendem pelos estímulos recebidos pelos sentidos, e não só da visão e da audição, mas, sobretudo, pelo tato e movimento. Por isso a importância de uma aprendizagem pelas múltiplas linguagens.

É preciso criar situações para que a criança possa se comunicar com autonomia, para tomar posição sobre assuntos do seu interesse, discutir, confrontar seus pontos de vista, pois o desenvolvimento da sua capacidade de compreender a linguagem e de se expressar vai tornar possível a formação de um leitor crítico e de um cidadão consciente de sua realidade.

2.4 POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

Considerando a complexidade do cenário da alfabetização apresentado, e os desafios a serem enfrentados pelas redes de ensino, é que se impõe o enfrentamento desse contexto sob a forma de política pública educacional. Ela precisa ser constituída por diferentes ações que se articulem e se complementem, com potencial para envolver 100% dos alunos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Seu desenho precisa garantir os três “EFs”: efetividade, isto é, que seja adequada a solucionar o problema da não alfabetização; eficácia, ou seja, precisa de fato alfabetizar todos os alunos até os 8 anos de idade; e eficiência, cujo custo não pode ser impeditivo à universalização.

Pensar e estruturar uma gestão da política de alfabetização significa definir um ciclo gestor que contemple: diagnóstico confiável para amparar planejamentos; acompanhamento de indicadores e metas; gerenciamento e monitoramento das informações; e avaliação como diagnóstico da qualidade de sua execução, para retroalimentar os planejamentos.

Isto posto, é inevitável que se façam algumas perguntas:

- Ingressar na escola formal é sinônimo de nela permanecer e aprender?
- A escola tem cumprido com sua função de formar cidadãos para uma sociedade letrada e cada vez mais complexa?
- Ela tem respeitado as diferenças no processo de aprendizagem dos alunos, considerando tempos e dificuldades, e oferecido condições para que todos avancem durante os primeiros anos do Ciclo de Alfabetização?
- Propostas apresentadas como solução para que os alunos sejam alfabetizados com um grau cada vez maior de letramento têm sido eficazes?
- A formação continuada oferecida aos professores tem possibilitado a reflexão sobre o processo de aprendizagem de seus alunos, o conhecimento sobre seu nível de aprendizagem e a reflexão sobre as melhores práticas para permitir seu avanço?
- E, por último, mas de fundamental importância, a alfabetização é objeto de política educacional?

Para colaborar com as redes de ensino na busca pelas respostas a essas e outras perguntas, e encontrar caminhos de superação das dificuldades por meio de apoio à elaboração e execução de uma política de alfabetização, o Instituto Ayrton Senna desenvolveu a solução educacional Gestão de Política de Alfabetização. Baseada no conceito de Educação Integral e comprometida com a promoção do desenvolvimento efetivo e pleno dos alunos matriculados no Ciclo de Alfabetização, o objetivo da proposta é ampliar as oportunidades de sucesso para a continuidade da vida escolar de milhares de crianças brasileiras e contribuir para a promoção da equidade social.

A presente solução somente resultará em sucesso se for assumida pelas secretarias de Educação como política pública educacional, ou seja, atender a todos os alunos da rede de ensino e contar com a gestão dos processos. Sua força está justamente nesses dois fatores: política e gestão.

Por que “Política”?

- A solução defende que todas as crianças se desenvolvam plenamente, segundo o conceito de Educação Integral
- Leva a secretaria de Educação a definir e publicar o que é estar alfabetizado ao final de cada ano do Ciclo de Alfabetização
- Propõe a identificação do nível de alfabetização de cada um dos alunos do Ciclo ao longo do processo
- Apoia a secretaria de Educação na composição dos elementos constituintes de uma política: referencial curricular, estrutura de funcionamento, estabelecimento de processos, formação de equipe, acompanhamento e avaliação

Por que “Gestão”?

- A solução trabalha com análise de informações para a tomada de decisões e intervenções
- O processo todo é pautado em planejamento e replanejamentos, sempre que necessários
- As responsabilidades são explícitas
- Indicadores e metas pautam os resultados
- O acompanhamento de indicadores é sistemático
- Avaliação é parte integrante do processo
- Há paradas regulares para avaliação do processo



3. GESTÃO DE POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO

3. GESTÃO DE POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO

3.1 OBJETIVOS

Geral

- Subsidiar as secretarias de Educação na elaboração e gestão de sua política de alfabetização numa perspectiva de Educação Integral com a direção clara de um currículo para atender a meta 5 do Plano Nacional da Educação: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Específicos

- Contribuir para o desenvolvimento da competência gestora dos profissionais responsáveis pelo Ciclo de Alfabetização nos âmbitos do ensino-aprendizagem, da rotina escolar e da política educacional, com destaque para o professor, o coordenador pedagógico, o diretor de unidade escolar e de formadores e técnicos do setor pedagógico da secretaria de Educação.
- Contribuir para o fortalecimento da função do coordenador pedagógico como formador da equipe de professores da unidade escolar, por meio de formações presenciais e a distância, em temas que envolvam competências cognitivas e socioemocionais, liderança, gestão da aprendizagem e do ensino e gerenciamento de processos.
- Desenvolver e disponibilizar protocolo gerencial para o acompanhamento sistemático do desenvolvimento do aluno matriculado no Ciclo de Alfabetização, com atenção especial para o aluno do 3º ano do Ensino Fundamental.
- Contribuir para que a política de pessoal contemple a constituição de uma equipe de professores alfabetizadores.
- Disponibilizar instrumento diagnóstico do nível de alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, como suporte ao planejamento pedagógico.
- Disponibilizar orientações para que o planejamento do trabalho pedagógico contemple os diferentes níveis de alfabetização dos alunos.
- Contribuir para que a prática docente se desenvolva segundo a metodologia de resolução de problemas significativos para o aluno, sendo o professor o mediador entre os conhecimentos acadêmicos e seu uso no cotidiano social.
- Disponibilizar conhecimentos e avanços científicos que, ao serem incorporados à prática pedagógica, favoreçam a aprendizagem do aluno e permitam a adoção, pelos docentes, de metodologias inovadoras.
- Disponibilizar orientações para a elaboração de planejamentos que integrem as áreas do conhecimento, com vista à alfabetização e outros letramentos, com destaque para a linguagem corporal e o letramento científico, este interligado ao trabalho em ambientes STEAM (sigla em inglês para Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática).

3.2 PRINCIPAIS ELEMENTOS DA GESTÃO DA ALFABETIZAÇÃO

Uma política de alfabetização precisa estabelecer o direcionamento das ações a serem estabelecidas com foco na superação dos desafios das redes de ensino para garantir a qualidade da educação. Deve ser orientada por uma visão macro e consistente que dê sustentação e legitimidade aos atores do processo em relação às práticas de intervenção em busca de resultados.

A solução educacional Gestão de Políticas de Alfabetização apresenta alguns elementos que dão orientações e suporte compatíveis com a crença no potencial de sucesso de alunos e professores, que seguem os seguintes aspectos:

- Normatização da proposta e de seus processos para que as ações e decisões necessárias para a viabilização da política de alfabetização tenham amparo legal e comprometimento dos gestores públicos
- Referencial curricular que dá clareza e unidade às expectativas de aprendizagem a cada ano do Ciclo de Alfabetização
- Metodologias de trabalho para gerar sucesso por meio de atividades inovadoras e práticas que integrem áreas do conhecimento e colaborem para o desenvolvimento integral do aluno
- Gestão e gerenciamento dos processos e resultados, o que inclui os instrumentos gerenciais e a avaliação, importante ferramenta para a promoção dos ajustes necessários e sistemáticos ao longo de todo o período do ciclo, conforme evidências encontradas nos registros das observações e no comportamento dos indicadores de sucesso
- Formação dos profissionais responsáveis pelo desenvolvimento dos alunos e pelo próprio crescimento pessoal e profissional, com prioridade para o coordenador pedagógico

3.3 NORMATIZAÇÃO

A regulamentação da política pública requer a elaboração e redação de normas para que sejam incorporadas na agenda política dos governos. No caso da política pública educacional, a normatização deve permitir às unidades escolares atender ao caráter universal da rede de ensino sem, contudo, deixar de lado suas especificidades. Ao normatizar suas propostas é importante que a secretaria de Educação tenha clareza sobre o tipo de instrumento legal mais adequado ao tema e às leis educacionais. Também deve levar em conta sua competência para legislar, o que está diretamente ligado ao fato de ser ou não um sistema, ou se compõe com o sistema estadual, no caso das redes municipais.

Os governos estaduais e municipais podem operar somando esforços a partir do regime de colaboração, previsto em lei⁷, e que se torna uma importante estratégia para o alcance das metas educacionais. A BNCC, por exemplo, depende desse modelo de colaboração para alcançar seus objetivos, pois “a dimensão e a complexidade da tarefa vão exigir que União, Estados, Distrito Federal e Municípios somem esforços”⁸.

7. O Regime de Colaboração entre os sistemas de ensino na área de Educação é previsto nos arts. 211 da Constituição Federal e 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96) e no Plano Nacional de Educação (PNE), no artigo 7º.

8. Documento BNCC – Introdução p. 21.

O primeiro passo a ser dado é pelos governos estaduais, que devem institucionalizar o regime de colaboração entre a rede estadual e as redes municipais por meio de um termo de intenção da implementação e do acompanhamento das políticas públicas de Educação. Uma das estratégias para concretizar esse regime de colaboração é criar Comissões Regionais de Implementação da BNCC com representantes de ambas as instâncias.

É preciso atentar, também, para a necessária coerência e integração da proposta aos Planos de Educação nacional, estadual e municipal, aos pareceres dos respectivos Conselhos de Educação e à complementaridade aos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e aos planos de ensino e trabalho dos docentes.

A regularização das políticas educacionais precisa dar conta do amplo espectro de recursos e estruturas necessários para o atingimento dos objetivos e das metas de aprendizagem previstas pela política, e que vão além da questão do ensino, já que dizem respeito à qualidade da rede física, à infraestrutura, aos recursos humanos, financeiros e aos materiais disponíveis nas unidades escolares.

Uma política pública educacional transcende o universo da rede de ensino e da secretaria de Educação, pois sempre é possível articular políticas de outras esferas administrativas, ou ações de outras secretarias de estado ou do município, em prol da Educação. Como exemplo, podem ser citados alguns programas oferecidos pelo MEC, como o Plano de Ações Articuladas (PAR), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Programa Mais Alfabetização, o Mais Educação, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), dentre outros.

No caso do estabelecimento de uma política pública de alfabetização, é preciso considerar as normas relativas à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, conforme a Lei nº 11.274/2006, que estabelece o Ensino Fundamental de nove anos, e a EC 59/2009, que estabelece a Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade. O objetivo é procurar assegurar a qualidade da Educação Básica em todas as modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, e o consequente crescimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

A normatização deve explicitar os objetivos e síntese descritiva da política, a base legal que a ampara e os elementos que a constituem.

As informações contidas neste documento, e nos fascículos que aprofundam os componentes da solução Gestão de Política de Alfabetização, podem ser insumos para as redes de ensino que ainda não construíram uma política para o Ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental.

3.4 REFERENCIAIS CURRICULARES

O referencial curricular, também conhecido como matriz, orientação, guia ou proposta curricular de uma rede de ensino, e que serve como baliza para a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) pela comunidade escolar, deve ter potencial estruturante, ao mesmo tempo em que garanta o sentido e a intencionalidade do planejamento e da prática educativa no espaço escolar.

A elaboração de referenciais que orientem a organização curricular, com explicitações claras sobre as habilidades esperadas nas diversas áreas do conhecimento, para cada ano da Educação Básica, estimula as escolas a organização e aprimoramento do planejamento de seu trabalho pedagógico e contribui para a reflexão dos educadores sobre o que as crianças já desenvolveram e o que lhes falta desenvolver para alcançar o nível esperado a cada ano do ciclo. O referencial não é um dogma imposto à rede de ensino. Se construído coletivamente, pode favorecer uma recepção e compreensão positivas, como um instrumento norteador do fazer pedagógico, adotado pelas equipes escolares aos seus projetos de ensino, que precisam refletir os avanços dos conhecimentos, das tecnologias, das transformações e os anseios da sociedade, a serem incorporados ao percurso educativo das crianças.

Os 60% dos conteúdos ensinados nas escolas devem seguir a BNCC. Cada escola tem de considerar a sua realidade, a situação em que se encontra, para confrontá-la com o que deseja e com aquilo que precisa para construir um processo dinâmico e contínuo de reflexão e reconstrução de seu Projeto Político Pedagógico, com autonomia para escolher 40% como currículo optativo. Mas é fundamental que decisões e ações mantenham diálogo constante com o referencial curricular proposto pela secretaria à rede, pois o aluno, caso transite de um estabelecimento para outro ao longo do ano, precisa ter garantida a continuidade de seu processo de alfabetização.

REFERENCIAIS CURRICULARES

Construir um referencial nacional para nortear currículos de 27 secretarias de Educação e de 5.570 redes municipais não é uma tarefa fácil, tendo em vista a dimensão e diversidades regionais do Estado federativo brasileiro. As escolas têm como referências os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados em 1997, e as Diretrizes Curriculares Nacionais, de 2013. Atualmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

E o que são esses referenciais?

Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1997/98):

São diretrizes separadas por disciplinas que visam a orientar a elaboração ou revisão curricular; a formação inicial e continuada dos professores; as discussões pedagógicas internas às escolas; a produção de livros e outros materiais didáticos e a avaliação do sistema de Educação.

Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN (2009):

São normas obrigatórias para a Educação Básica que têm como objetivo orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, norteados seus currículos e conteúdos mínimos. Assim, as diretrizes asseguram a formação básica, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), definindo competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017):

Contemplam recomendações explícitas sobre os conhecimentos e habilidades que precisam ser abordados em cada área do conhecimento da Educação Básica, desde a Educação Infantil até o final do Ensino Médio.

Fonte: Todos Pela Educação

Contudo, é importante ressaltar que o estabelecimento de referenciais, e as respectivas orientações didáticas sobre o processo de ensino, não garantem, por si só, a efetivação do trabalho em sala de aula e que os alunos sejam alfabetizados. Para tanto, a elaboração e execução do plano de formação de professores e gestores é fundamental para discutir: o papel de cada um nesse processo e as características dos objetos de ensino além da didática. O como se ensina e como se aprende nas diferentes áreas do conhecimento auxiliam na implementação das diretrizes curriculares estabelecidas e na construção do Projeto Político Pedagógico das escolas.

3.4.1 Referencial curricular para o Ciclo de Alfabetização

A ideia de aprendizagem como algo contínuo tem sido destacada ao longo da escolaridade e, principalmente, na alfabetização, uma vez que este processo pode precisar de mais de um ano letivo para efetivar-se. Uma das consequências disso é a necessidade de organizar o trabalho a ser desenvolvido junto aos alunos de 6 a 8 anos de idade em uma espiral crescente de aspectos que devem ser compreendidos até chegar ao efetivo uso da Matemática, da leitura e da escrita em situações de comunicação.

Este é um trabalho intelectual intenso para crianças em processo de alfabetização e demanda a vivência de situações didáticas significativas de leitura e escrita dirigida - que se diferencia de cópia - em contextos variados que façam sentido para elas.

Para além dos conhecimentos específicos necessários à alfabetização matemática e da Língua Portuguesa, é essencial prever formas para o desenvolvimento da fluência, proficiência e compreensão também em outras áreas do conhecimento como Ciências da Natureza e Ciências Humanas, o que inclui o trabalho com múltiplas linguagens, como o letramento científico, a linguagem corporal, a arte e as tecnologias digitais de informação e comunicação.

É importante, portanto, garantir uma rotina com momentos para o brincar e para o jogo do faz de conta. Um trabalho efetivo que respeite o direito a aprender e, ao mesmo tempo, leve em consideração as características e o interesse de cada criança, tende a diminuir as possibilidades de se tornarem analfabetos funcionais ao final do 3º ano.

Por último, mas não menos importante, deve-se assegurar a transição entre as propostas curriculares para a Educação Infantil e para o Ciclo de Alfabetização, e entre a deste e os anos subsequentes, de forma a se garantir unidade entre as etapas da Educação Básica e o respeito às características do desenvolvimento de cada faixa etária, bem como os direitos de aprendizagem.

Atenção às características das crianças

O cuidado na sequência definida para o processo de desenvolvimento das crianças implica buscar conhecer suas principais características e respeitá-las como sujeitos na aprendizagem.

As pesquisas sobre crianças desta faixa etária indicam aspectos de curiosidade, movimento e imaginação como características dos modos de aprender, sempre ligadas ao brincar e à construção de conhecimentos por meio da interação com os pares e os adultos.

Linguagem escrita

Na proposta de Gestão de Política de Alfabetização, são adotados dois pressupostos: o de que toda criança tem capacidade para aprender o sistema de escrita e o de que a alfabetização precisa ser compreendida como um mecanismo inicial de decodificação que evolui para a compreensão e fluência da língua materna e outras linguagens. Isso porque, embora represente um aspecto fundamental da alfabetização, a compreensão do sistema alfabético é apenas o começo desse processo.

Ler é ser capaz de atribuir sentido e existem múltiplas maneiras de fazer isso, com variações de práticas e propósitos em diferentes circunstâncias (ler um jornal e um bilhete de um amigo são práticas diversas, por exemplo). As crianças entram em contato com o sistema de escrita por meio de diferentes suportes e de variados gêneros textuais. Essa pluralidade também precisa ser abordada na aprendizagem.

Linguagem matemática

As crianças se desenvolverão matematicamente quando forem estimuladas a pensar sobre estratégias de lógica para construir conhecimentos, quando se tornarem leitores e escritores de textos matemáticos com desenvolvimento de suas capacidades de analisar e comunicar ideias por meio dessa linguagem.

Para tanto, será preciso que os professores planejem formas de desafiar os estudantes. É essencial dar voz às crianças para falarem sobre estratégias ou procedimentos adotados em suas resoluções de situação-problema, assim como ouvi-las para a tomada de decisões frente a propostas de atividades, planejando diferentes contextos e momentos para o uso da linguagem matemática.

Linguagem científica

Incentivar os alunos a percorrerem os caminhos do pensamento crítico e analítico e da metodologia científica permitirá o desenvolvimento de habilidades importantes para a vida: refletir, interpretar, raciocinar logicamente, ouvir a opinião dos outros, persistir, ser criativo, posicionar-se criticamente, além de trabalhar a leitura, a escrita e a aquisição de um novo e rico vocabulário.

O pensamento científico se faz presente em todas as áreas do conhecimento, por meio da observação, identificação de problemas, descrição de fatos, avaliação de situações, formulação de hipóteses, investigação e explicitação de resultados.

Já o método científico não significa formalismo e um roteiro fixo para se realizar a experimentação, mas deve representar a possibilidade de organizar o pensamento e favorecer a tomada de decisões em busca de respostas para os problemas com os quais a criança se depara no dia a dia.

Sendo assim, é importante tratar os alunos como “pequenos cientistas”, valorizando seus questionamentos e dúvidas, incentivando a participação de todos, promovendo intencionalmente a colaboração entre eles e dando abertura para todos emitirem suas opiniões.

Uma tendência mundial para inovar as metodologias pedagógicas é colocar mais ênfase em programas de aprendizagem interdisciplinar baseada em projetos de STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics), o que colabora para a integração dos currículos.

Dado que aprender conteúdos de Ciências requer estar alfabetizado, por que não alfabetizar também por meio do método científico? O pensamento ou o método científico parte da problematização e busca respondê-la e, para tanto, levanta e testa hipóteses até chegar à solução, num processo que requer criatividade e abertura ao novo, trabalho em equipe, comunicação entre os pesquisadores, colaboração e resiliência, entre outras habilidades cognitivas e socioemocionais, que se articulam o tempo todo.

Linguagem corporal

Na perspectiva da Educação Integral, os estudantes ocupam papel central na aprendizagem como protagonistas das ações educativas e nos processos genuínos de autoconhecimento e autorrealização. Professores e alunos são concebidos como pessoas ativas — em movimento — ao longo de todo o itinerário formativo, em todas as disciplinas e para além delas.

As experiências corporais medeiam todas as relações das pessoas com o mundo, inclusive no processo de escolarização. Aprender significa, em essência, corporificar o sentido das experiências escolares e, por isso, para promover Educação Integral é essencial reconhecer a presença da linguagem corporal em todo o processo formativo.

A concepção proposta aqui abrange intervenções pedagógicas nas aulas, nos momentos de brincar (intervalo, entrada e saída) e nas atividades extracurriculares. Das atividades físicas, que contam sempre com a espontaneidade e abertura das crianças, é possível derivar oportunidades para a alfabetização, seja pela construção e registro de regras, de ordenamentos, de percepções e identificações geométricas, seja pela organização de equipes, representações de fatos e histórias. São muitas as oportunidades, nas atividades corporais, a serem canalizadas para o desenvolvimento tanto das competências cognitivas quanto das competências socioemocionais.

Linguagem artística

O ensino da arte é considerado um dos caminhos para estabelecer o desenvolvimento da sensibilidade, da percepção e da criatividade; é também a oportunidade para os alunos vivenciarem, identificarem e incorporarem valores. A partir de uma visão da educação integral, a arte contribui para que os alunos tenham interesse por aspectos essenciais da vida, sendo capazes de captar, relacionar e significar informações do mundo à sua volta e desenvolver a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades como forma de expressão.

A BNCC propõe que a abordagem das linguagens articule seis dimensões do conhecimento: criação, crítica, estesia (sensibilidade e percepção), expressão, fruição (deleite) e reflexão. “Em síntese, o componente Arte no Ensino Fundamental articula manifestações culturais de tempos e espaços diversos, incluindo o entorno artístico dos alunos e as produções artísticas e culturais que lhes são contemporâneas. Do ponto de vista histórico, social e político, propicia a eles o entendimento dos costumes e dos valores constituintes das culturas, manifestados em seus processos e produtos artísticos, o que contribui para sua formação integral⁹.”

Linguagem digital

O século 21 exige que as novas gerações dominem múltiplas linguagens, inclusive a linguagem digital, que abre caminhos para que crianças e jovens possam ser mais do que usuários de tecnologia, mas criadores de tecnologias capazes de atender às novas demandas do mundo e transformar realidades.

Especialistas constataam que o mundo está passando por uma grande reestruturação, semelhante à revolução industrial: é a era da automação. Seres humanos vão competir com robôs. O cenário futuro é o da extinção de muitos trabalhos que exigem pouca qualificação e a criação de um número menor de funções que exigem muita. Os novos empregos que estão sendo criados têm demandado habilidades matemáticas, analíticas e digitais.

O objetivo de trazer a tecnologia digital para a sala de aula das escolas públicas brasileiras é de ajudar a formar alunos para o futuro, mais criativos, com capacidade de resolver problemas e desenvolver o pensamento computacional.

9. Documento BNCC – Linguagens – Arte, pp. 194/195.

Alfabetização: potencial para integrar as áreas do conhecimento

O currículo resulta da seleção e produção de saberes, envolve cultura, debates, concepções de conhecimento e de aprendizagem, desenvolvimento de competências pessoais e sociais, e é um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade do estudante. Não é algo estático, mas que funciona com movimento e dinamismo, instiga e desperta necessidades e desejos nos atores das equipes escolares no processo de construção do Projeto Político Pedagógico, em consonância com o perfil da comunidade onde a escola se insere.

Garantir sentido à aprendizagem, aproximar o saber acadêmico da vida real, manter em sala de aula a motivação e o interesse dos alunos nascidos no século 21, portanto num mundo conectado, com grande presença de imagens que se sucedem rapidamente, e com amigos virtuais, é o desafio dos educadores, que precisam inovar com planejamentos e práticas que superem a compartimentalização artificial dos saberes, descolada da vida real.

Isso exige, da equipe escolar, esforço consciente para direcionar as áreas do conhecimento para o foco da alfabetização sem, contudo, perderem suas especificidades e os conteúdos a ser trabalhados. Isso requer a atenção de todos os profissionais das escolas e o compromisso do trabalho cooperativo, abertura ao diálogo e planejamento sistemático. Conceber a gestão do conhecimento de forma integrada exige da comunidade escolar clareza quanto aos princípios e finalidades da Educação no ciclo inicial de alfabetização, além de conhecimento da realidade ou contexto de cada escola.

Garantir unidade na diversidade é o desafio a ser vencido pelos gestores na liderança de suas escolas, o que implica promover oportunidades para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais também entre os educadores, para que o trabalho envolva conteúdos e valores e, principalmente, desenvolva-se em um clima de confiança mútua.

Para tanto, não basta que a secretaria de Educação confira autonomia às escolas. É importante garantir-lhes apoio pedagógico a fim de que o coordenador pedagógico esteja preparado para formar e orientar professores, assim como respaldo administrativo para o diretor garantir condições de gestão escolar.

O esquema a seguir apresenta uma possibilidade de organização curricular que vise o trabalho com as competências socioemocionais integradas às áreas de conhecimento, tendo como objetivo final o desenvolvimento pleno das pessoas.



Podemos concluir que o desafio a ser enfrentado pelas lideranças educacionais é propor políticas públicas compromissadas com a proposta de Educação Integral, que garantam a aquisição das habilidades cognitivas esperadas para crianças de 6 a 8 anos de idade, correspondentes ao Ciclo de Alfabetização. Simultaneamente, espera-se que promovam o desenvolvimento das habilidades socioemocionais, de forma a preparar os estudantes para lidar com as emoções, tomar as melhores decisões e selecionar as atitudes mais adequadas para resolver os dilemas enfrentados em seu cotidiano, agora e no futuro.

3.5 METODOLOGIAS DE TRABALHO

O Gestão de Política de Alfabetização é constituído por diferentes metodologias de trabalho que valorizam os saberes e potencialidades apresentados pelos estudantes, os diferentes ritmos de aprender que devem ser considerados no processo de ensino-aprendizagem e na organização da gestão escolar.

Essas metodologias estão estruturadas para se articular com as áreas de conhecimento e levam em consideração os direitos e objetivos de aprendizagem previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ciclo de Alfabetização. A solução oferece orientações que auxiliam gestores e professores para um trabalho conjunto e integrado, o que inclui a avaliação da aprendizagem, o planejamento das aulas e das propostas pedagógicas, a oferta de apoio às crianças com dificuldade até o acompanhamento sistemático de indicadores e processos.

3.5.1 Diagnóstico dos níveis de aprendizagem

Juntamente com outros instrumentos e mecanismos de análise e avaliação do desempenho do aluno, o **Teste Diagnóstico de Alfabetização**, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática, cumpre a função de identificar o nível de alfabetização de cada aluno, isto é, o que ele já sabe e o que ainda precisa desenvolver para se apropriar da leitura e da escrita com a qualidade esperada e desejada.

Este diagnóstico é uma ferramenta privilegiada para auxiliar tanto a secretaria de Educação em seu plano de ação, quanto os coordenadores pedagógicos e professores na elaboração do planejamento das aulas, a partir do nível de alfabetização em que os alunos se encontram.

NÍVEL	SÍNTESE DA DESCRIÇÃO DE CADA NÍVEL EM LÍNGUA PORTUGUESA
1	O aluno não consegue ler, apresenta marcas gráficas em substituição à escrita e não é possível ler o que está escrito.
2	Escreve palavras e frases com referência em letras adequadas, cujo significado pode ser inferido. Identifica algumas letras e seus sons.
3	Produz pequeno texto dentro do tema, possível de ser lido.
4	Produz textos dentro do tema e com vocabulário adequado.
NÍVEL	SÍNTESE DA DESCRIÇÃO DE CADA NÍVEL EM MATEMÁTICA
1	O aluno consegue associar a denominação do número à sua representação simbólica e fazer contagem ascendente.
2	Compõe e decompõe números de até três algarismos por meio da adição e identifica figuras geométricas.
3	Realiza problemas de adição e subtração.
4	Realiza problemas de multiplicação e divisão e identifica medidas de tempo.

A avaliação com o objetivo formativo valoriza os saberes efetivamente apropriados pelos alunos e identifica suas reais necessidades de aprendizagem, o que permite garantir situações que contribuam para o avanço de seu desempenho. Avaliação dessa natureza considera os erros como fonte de aprendizagem, como pistas preciosas para organizar boas situações de ensino. Esse instrumento deve ser utilizado pelo professor e pelos coordenadores como um momento de troca de conhecimentos para orientar a tomada de decisões.

Garantir condições para a realização desse tipo de avaliação nas escolas passa pela formação de toda a equipe educacional, considerando as necessidades de ampliação de seus saberes sobre as teorias de aprendizagem, as novas metodologias e as contribuições da neurociência para a Educação, bem como a construção do trabalho pedagógico que integre o desenvolvimento de competências socioemocionais.

3.5.2 Agrupamentos flexíveis

O ensino direcionado à diversidade de conhecimentos da classe e às necessidades individuais de aprendizagem dos alunos exige uma estratégia organizativa e curricular mais flexível para o planejamento das aulas. Isso é possível, pois, com base no teste diagnóstico do início do ano e nas avaliações formativas, o professor pode identificar os estudantes de sua turma em um dos quatro níveis de alfabetização e planejar sua aula levando em consideração esse conhecimento.

Os diferentes momentos de trabalho com agrupamentos flexíveis podem se dividir de forma didática com todos os alunos realizando a mesma atividade com um nível de complexidade diferente ou momentos em que acontecem atividades diversificadas para cada aluno ou grupo. À medida que a turma avança, e dependendo da atividade, os agrupamentos sofrem alterações. Essa estratégia envolve a necessidade de um professor de apoio e a criação de materiais complementares para atividades integradoras das diversas áreas do conhecimento.

3.5.3 Professor de apoio, principalmente para o 3º ano

Apesar de o programa “Mais Alfabetização”, lançado em 2018 pelo MEC, contar com professores auxiliares nos dois primeiros anos de alfabetização, a solução Gestão de Política de Alfabetização continua priorizando o trabalho do professor de apoio em classes do 3º ano, pois é o ano decisivo para a alfabetização se completar e uma etapa em que os níveis aparecem, geralmente, mais diversificados, em função de ser o último ano do Ciclo de Alfabetização na maioria das redes de ensino. Ou seja, fase que reúne alunos aprovados de forma automática nos dois primeiros anos, sem domínio da alfabetização.

Garantir um professor de apoio para cada turma, que acompanhe os alunos com a aprendizagem regular, tem o objetivo de otimizar o processo ensino-aprendizagem, liberando o tempo do professor regente para o trabalho com alunos dos níveis 1 e 2, ou seja, aqueles que ainda apresentam muita dificuldade no processo de alfabetização. A experiência de algumas redes de ensino, que incluíram professores de apoio nas salas de aula, indicou que é uma variável importante, impactando os resultados.

3.5.4 Atividades integradoras

Uma das metodologias propostas pelo Gestão de Política de Alfabetização é organizar atividades didáticas que facilitem a integração das diferentes áreas do conhecimento, em uma abordagem que privilegia a aprendizagem colaborativa e o desenvolvimento de diferentes habilidades cognitivas e socioemocionais.

As atividades incluem projetos de ensino, jogos e brincadeiras e envolvem aprofundamentos conceituais com enfoque em leitura e produção de textos, incluindo o trabalho com as múltiplas linguagens. A proposta de trabalho está organizada a partir de situações-problemas que levem os alunos a avançar, questionando-os e os desafiando, sem perder de vista o que se espera que aprendam. O professor acompanha o trabalho que pode ocorrer em times, duplas ou qualquer outra forma de coletivo.

Esses tipos de atividades têm o mérito de ampliar o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais, principalmente a autoconfiança do grupo que, a cada finalização, sente-se mais fortalecido nos seus saberes. A solução educacional oferece orientação e material específico de apoio ao coordenador pedagógico para a formação do professor em relação a essas atividades e à gestão do processo de alfabetização em seus níveis.

3.5.5 Planejamento e rotina da aula

O planejamento é um aspecto integrador dos mais relevantes para organizar de forma articulada essas atividades e como será o trabalho em cada aula do período letivo e para cada nível de aprendizagem. Ele é o fio condutor que pode viabilizar a execução da política pública de alfabetização na esfera da secretaria de Educação e no cotidiano escolar, tanto no âmbito da gestão quanto no pedagógico.

A metodologia enquadra-se em como planejar estratégias para a alfabetização integral com foco em alunos de níveis 1 e 2, até a formação de um leitor com fluência e compreensão, com alunos no nível 3 e 4.

Quando realizado coletivamente pelos professores, e com apoio do coordenador pedagógico, o planejamento favorece uma discussão sobre quais atividades inovadoras podem ser realizadas, quais alunos precisam de ajuda extraclasse, qual a melhor forma de organizar a rotina da aula, dentre outros aspectos, de forma a atender perfis diferenciados e sua distribuição pelos tempos e espaços de aprendizagem.

A rotina garante uma previsibilidade quanto à duração de cada momento de estudo, facilitando inclusive a participação dos alunos. O primeiro momento é a acolhida, quando o professor recebe com entusiasmo seus alunos, compartilha com os estudantes a agenda do dia e registra propostas de atividades que serão realizadas ao longo do período; a roda de leitura é outro momento importante, quando todos os alunos escolhem um texto para ler, com apoio do professor para aqueles que ainda não dominam a leitura, em seguida compartilhando impressões sobre o que foi lido. Esses são considerados momentos-chave para o trabalho com as competências socioemocionais. Na perspectiva da Educação Integral, os estudantes ocupam papel central na aprendizagem, como protagonistas das ações educativas e dos processos genuínos de autoconhecimento e autorrealização.

O planejamento da rotina de aula deve articular a gestão do processo de alfabetização à gestão da classe e se traduz nas estratégias escolhidas, na criação de situações didáticas desafiadoras, incluindo o trabalho com as múltiplas linguagens, na garantia de momentos de reflexão sobre o objeto de conhecimento, assim como do afeto na relação com os estudantes.

3.6 GESTÃO DE PROCESSOS

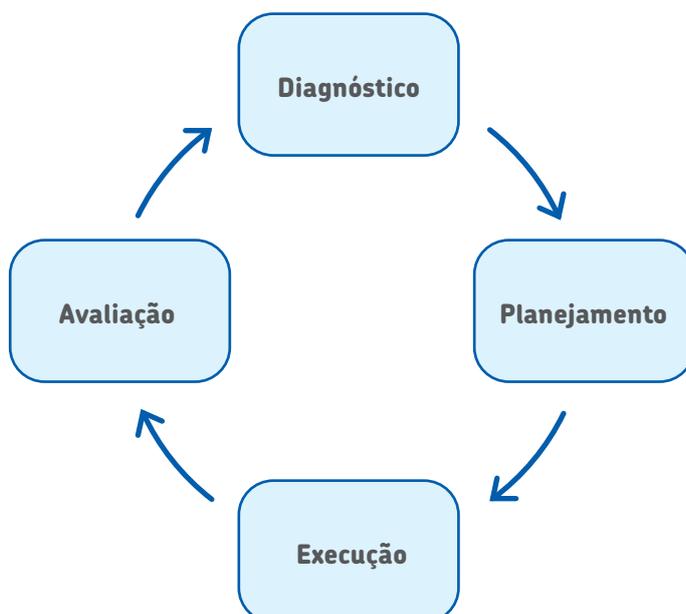
O desenvolvimento de uma política pública educacional deve integrar instrumentos gerenciais e processos de gestão em etapas sucessivas que envolvam todos os atores, desde a secretaria de Educação até a sala de aula. Esta proposta de Gestão de Política da Alfabetização tem como diferencial estratégico o uso desses instrumentos como subsídio para ações de planejamento, acompanhamento e avaliações frequentes.



A gestão implica na organização de processos assentados no diagnóstico, no planejamento, na execução e na avaliação como um novo diagnóstico, por meio do qual se evidencia a necessidade de promover mudanças na rota ou na forma de trabalho que, por sua vez, requer o replanejamento de ações.

É um verdadeiro ciclo positivo, ou virtuoso, que se impõe e que requer o integral posicionamento dos gestores, com todos os seus saberes e suas habilidades para a tomada de decisões.

O CICLO GESTOR



3.6.1 Diagnosticar

A dinâmica das ações gestoras inicia-se pelos estudos sobre a realidade situacional, com base em informações quantitativas e qualitativas, com vistas a fechar um diagnóstico consistente e com alto grau de fidedignidade.

O Instituto Ayrton Senna desenvolveu e disponibiliza para os parceiros desta solução um processo de avaliação que prevê um instrumento de auxílio para identificação dos níveis de alfabetização dos alunos, em Língua Portuguesa e Matemática, que é o **Teste Diagnóstico de Alfabetização** aplicado no início e no final do ano letivo.

Além desse teste diagnóstico, a solução prevê uma prova no meio do ano com o objetivo de avaliar o processo de aprendizagem do aluno, identificar formas efetivas de intervenção e planejar para atingir resultados positivos.

3.6.2 Planejar estrategicamente

Uma vez completo o diagnóstico situacional, é hora de as equipes responsáveis elaborarem os respectivos planejamentos, cuidando do estabelecimento das prioridades, da definição sobre os responsáveis pelas ações, do cronograma de execução e, o que é muito importante, da viabilidade de execução, determinada pelos recursos disponíveis, sejam eles humanos, materiais ou financeiros. O planejamento é um aspecto integrador dos mais relevantes para organizar de forma articulada as atividades. Ele é o fio condutor que pode viabilizar a execução da política pública de alfabetização na esfera da secretaria de Educação e no cotidiano escolar, tanto no âmbito da gestão quanto no pedagógico.

O professor é o profissional mais próximo dos alunos, reunindo o maior conhecimento das facilidades e dificuldades de cada um, portanto, cumpre a ele planejar de forma que ninguém em sua turma fique para trás. Mas ele não é o único responsável por garantir que isso ocorra e deve contar com seus pares e com o coordenador pedagógico, além da equipe técnico-pedagógica da secretaria de Educação.

É importante destacar aqui o papel articulador do coordenador pedagógico. Nesta proposta, valorizam-se condições para que ele faça a ponte entre o individual e o coletivo no fazer pedagógico, pois além de apoio ao professor em sua função docente, precisa socializar práticas de sucesso e levar a equipe a pensar soluções para problemas com base na concepção de Educação Integral. Por isso, as formações iniciais propostas pela solução focam esse profissional.

3.6.3 Executar e acompanhar

Na solução educacional Gestão de Política de Alfabetização, a aprendizagem da leitura e da escrita é um dos focos principais e acontece em um **continuum** pela aquisição e consolidação de novas habilidades. Não ocorre em etapas predeterminadas ou claramente delimitáveis por um conjunto fixo de características. Nesse sentido, para promover intervenções adequadas é preciso um diagnóstico meticuloso e detalhado, que resulta do acompanhamento da criança ao longo do tempo e que oferece mais dados do que a produção de um único instrumento de avaliação.

As ações de execução e acompanhamento garantem um olhar permanente e sistemático, com foco na qualidade do processo que foi planejado para evitar desvios entre o previsto e o realmente realizado. Organização de rotinas de visitas às escolas pelas equipes da secretaria de Educação, e observação de aulas feita pelo coordenador pedagógico atendem à avaliação processual e conferem agilidade efetiva para ajustes de rota.

Para acompanhar a evolução da aprendizagem e dos processos de gestão, o Instituto Ayrton Senna disponibiliza um sistema informatizado¹⁰ de acompanhamento de indicadores, como: frequência de professores e alunos, quantidade de livros lidos, realização de lição de casa, nível de aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática, entre outros. As observações na sala de aula são consolidadas em planilhas, nos âmbitos da turma, da escola, das regionais de ensino e das secretarias de Educação. Os registros podem ser feitos em frequências diárias, semanais, quinzenais e mensais, dependendo do objetivo de cada instrumento. Os indicadores explicitam a realidade em diferentes ângulos, em um mesmo momento ou em momentos diversos, e cabe aos gestores e professores o cruzamento e a análise das informações.

Quando institucionalizada e realizada de maneira completa, a prática de acompanhamento e inserção desses indicadores no sistema contribui para que os dados sejam cada vez mais confiáveis. É preciso que todos os envolvidos percebam que não se trata de um mero ato administrativo, mas sim de um forte aliado pedagógico para a qualidade do processo e dos resultados da política de alfabetização.

3.6.4 Avaliar processos e resultados

Avaliar é cruzar os objetivos que determinaram as ações com os resultados esperados em cada uma delas. A avaliação de processo, isto é, aquela que acontece durante a execução, permite aos gestores e professores identificarem rapidamente as ameaças, em tempo hábil, para a adoção das intervenções de superação, o que somente poderá ser feito se o acompanhamento for eficaz.

Para deliberações sobre intervenções no processo educacional, o Instituto Ayrton Senna indica a instituição de um fórum chamado “Comitê Gestor”, constituído pelo secretário de Educação e gestores da secretaria responsáveis por temas de interesse comum, ligados às metas do Plano Nacional de Educação, em especial as que envolvem Educação Infantil, alfabetização, correção de fluxo e qualidade da educação em geral.

3.7 FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Esta solução educacional não se propõe a tratar da formação inicial e acadêmica dos educadores que estão à frente do processo de alfabetização, mas sim apresentar caminhos que os apoiem no exercício profissional para a obtenção do desenvolvimento pleno de todas as crianças matriculadas no Ciclo de Alfabetização.

É fundamental que a secretaria de Educação direcione os docentes com perfil adequado de alfabetizador para atuarem no Ciclo e conte com uma equipe técnica preparada para encontrar caminhos e estratégias eficazes para o sucesso do aluno.

No Gestão de Política de Alfabetização, o coordenador pedagógico tem um papel crucial no desenvolvimento da política educacional, principalmente porque é por meio dele que se efetiva a formação continuada de professores. Com o objetivo de potencializar sua liderança pedagógica, esses profissionais recebem formação presencial no início do ano, tanto para se inteirar dos conteúdos e das metodologias da proposta quanto do papel de gestor que cabe a cada um dos atores envolvidos no processo. A solução prevê a concepção e elaboração de um curso de formação on-line que ampliará as oportunidades de desenvolvimento profissional.

10. O Sistema Panorama foi desenvolvido para acompanhar de maneira mais eficiente e prática os indicadores de sucesso. O modelo envolve planilhas off-line para coleta das informações e uma plataforma on-line para acompanhamento e geração de relatórios.

Para que os professores alfabetizadores avancem significativamente no desenvolvimento profissional, é preciso o exercício da docência reflexiva, que passa por inserir o entendimento das práticas por meio da análise crítica e valorização do trabalho coletivo no próprio exercício profissional. A primeira reflexão a ser feita aponta para a compreensão de que a formação integral da criança depende do domínio da linguagem como meio de interação entre sujeitos sociais em diferentes campos do conhecimento, e que envolve também o desenvolvimento emocional, ético, estético e político.

Nesse sentido, é fundamental que a equipe gestora construa um plano de formação continuada para a escola. A proposta do Gestão de Política de Alfabetização também busca contribuir com esse trabalho, disponibilizando ferramentas gerenciais e documentos orientadores para a prática da Educação Integral.

O coordenador pedagógico

Articulador e transformador da realidade escolar, o coordenador pedagógico deve subsidiar os professores nas integrações entre áreas do conhecimento, além de oferecer condições para que a equipe trabalhe coletivamente as propostas curriculares, gerando oportunidades de parcerias e de iniciativas interdisciplinares. Espera-se também sua liderança como aquele que permite e estimula a pergunta, a dúvida, a criatividade, a inovação. Assim, viabiliza que a escola se torne o espaço de mudanças curriculares que atendam aos anseios de professores e estudantes.

Para utilizar estratégias como a observação em sala de aula, é necessário que o coordenador tenha conhecimentos sobre o objeto de ensino e sobre a didática, só assim poderá oferecer ao professor argumentos para reflexão relacionados à prática observada e subsídios para que efetive seu processo de ensino e garanta a aprendizagem do aluno. Dentro da rotina de acompanhamento dos professores, é importante que o coordenador organize momentos de estudo, horários coletivos de formação, visitas à sala de aula com devolutivas, entre outros.

Na solução educacional Gestão de Políticas de Alfabetização, o coordenador pedagógico tem o papel de disseminar o trabalho que se espera em alfabetização, levando seus professores a estudar, planejar e organizar práticas que melhor efetivem a aprendizagem do aluno. Suas funções de formador, articulador e transformador da realidade são avaliadas a partir dos resultados que consegue da equipe docente, que, por sua vez, apresenta bons resultados no desempenho dos estudantes.

O professor alfabetizador

Um professor alfabetizador precisa reunir competências técnicas que colaborem com a eficácia dos processos de ensino e demonstrem relação entre o desempenho profissional e a efetividade da aprendizagem dos alunos. Esses critérios devem ser explicitados pela política educacional e pelos gestores escolares, de modo que os docentes compreendam as expectativas previstas para suas funções.

As competências técnicas se definem, entre outras, por:

- Conhecimento do processo de alfabetização — incluindo pesquisas das neurociências sobre funcionamento do cérebro e melhores formas de ensinar para potencializar os resultados do aprendizado
- Metodologias de ensino do sistema de escrita
- Domínio de habilidades de gestão de sala de aula (como observação e registro do desempenho dos alunos, planejamento pedagógico e uso de estratégias diversas que possam atender às diferenças individuais dos alunos)

O perfil do professor alfabetizador tem como essencial a capacidade de articular a gestão do processo de alfabetização à gestão da classe e se traduz no planejamento das aulas, nas estratégias utilizadas, na criação de situações didáticas desafiadoras, na garantia de momentos de reflexão sobre o objeto de conhecimento, assim como na empatia em sua relação com os estudantes.

Isso conduz à reflexão de que, para vencer os desafios da alfabetização, um professor deve ir muito além do preparo pedagógico, da didática, da adoção de métodos específicos. É preciso que ele reúna competências socioemocionais que lhe garantam um alto grau de interesse com a prática educativa para suprir a necessidade de cada aluno em relação aos conteúdos, como também ao intenso processo de mudanças de atitudes e a crença em si. Enfim, ele precisa garantir apoio, acolhimento e compreensão aos seus alunos durante o processo de alfabetização. Um professor envolvido com a alfabetização, para ser eficaz, deve exercer algumas funções distintas e, para cada uma, necessita de competências específicas.

Para começar o dia ele precisa se recuperar do estresse e de eventuais reveses do dia anterior (**resiliência emocional e autogestão**). Ao começar com uma nova turma precisa de um leque de competências relacionadas a acolher os estudantes e ser acolhido por eles, a atrair a atenção e o interesse dos alunos para os objetivos da alfabetização e a inspirá-los e motivá-los para perseguir esses objetivos (**engajamento com os outros e amabilidade**). Para ser eficaz, todo professor precisa ser capaz de desenvolver, manter e, principalmente, de colocar essas relações em ação de forma coordenada e cooperativa, o que requer ao menos três tipos específicos de habilidades interpessoais, ou seja, ser capaz de liderar, de definir rumos e manter o foco (**autogestão**). Por fim, para desempenhar suas funções, o professor precisa querer fazer e saber fazer. Para fazer cada dia melhor, ele precisa estar interessado e aberto a mudanças e ter competências para incorporar as inovações (**abertura ao novo**).



4. CONCLUSÃO

4. CONCLUSÃO

O conjunto de documentos que compõe esta publicação apresenta a solução educacional “Gestão de Política de Alfabetização”, desenvolvida pelo Instituto Ayrton Senna e implementada desde 2016 em diferentes redes públicas de ensino. O projeto consiste em proposta de apoio para a formulação de políticas públicas de alfabetização no Brasil, com base na concepção de Educação Integral.

O desafio a ser enfrentado pelas lideranças educacionais é, por um lado, promover as condições e ações necessárias que garantam a aquisição do sistema de escrita e desenvolvimento matemático pelas crianças de 6 a 8 anos de idade, mediante a criação de oportunidades educacionais viáveis no contexto de suas vidas; e, por outro lado, possibilitar à criança oportunidades de aprender a lidar com suas emoções na perspectiva de aprender a tomar decisões mais assertivas e selecionar as melhores atitudes para resolver dilemas enfrentados cotidianamente.

Por isso, para contextualizar a realidade em que tal desafio está inserido, neste fascículo introdutório, apresentamos um histórico das políticas de alfabetização no Brasil, destacando seus principais marcos e resultados, além de ressaltar a distância que ainda precisamos percorrer para que a alfabetização deixe de ser um problema e se torne um direito e garantia do desenvolvimento pleno de crianças e jovens.

Em seguida, explicitamos qual alfabetização é capaz de levar crianças ao sucesso escolar e pessoal, ou seja, muito além do ler, escrever e contar, contribuindo ao desenvolvimento integral dos estudantes para que, por meio da ampliação das competências cognitivas e o fortalecimento das competências socioemocionais, possam lançar mão de habilidades essenciais ao enfrentamento dos desafios globais deste século.

Trazemos, também, a importância de se adotar uma política educacional focada na alfabetização que envolva todos os atores responsáveis por essa etapa da aprendizagem, na perspectiva da Educação Integral. Ao mesmo tempo, colocamos como imprescindível que tal política tenha como premissa uma gestão embasada em alicerces firmes a fim de que todo o investimento humano e de recursos não seja feito em vão e os alunos alcancem o sucesso esperado, necessário ao seu desenvolvimento presente e futuro.

Com base na experiência do Instituto Ayrton Senna, apresentamos um modelo de gestão de política de alfabetização, amplamente testado, contendo elementos que o tornam eficaz, eficiente e efetivo. Falamos da importância dos referenciais curriculares na formatação das políticas de educação, especialmente da recente Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para democratizar saberes e ampliar os resultados esperados. Por isso, a importância de se estruturar um referencial curricular para o Ciclo de Alfabetização, com base em uma metodologia de trabalho que envolva: diagnóstico, agrupamentos flexíveis, professores de apoio (especialmente no 3º ano), atividades integradoras, planejamento e rotina de aula.

No penúltimo tópico deste documento, compartilhamos a nossa visão e as práticas para gerir o itinerário de alfabetização, começando pelo diagnóstico e chegando à avaliação de processos e resultados.

Por fim, damos a nossa contribuição sobre o que acreditamos ser imprescindível à formação dos profissionais envolvidos, especialmente o coordenador pedagógico, sujeito estratégico para o sucesso do Ciclo de Alfabetização.

Nossa intenção, por meio dos demais fascículos, é esmiuçar o que abordamos neste documento introdutório e de apresentação, sob o olhar da Educação Integral e no escopo de uma política educacional.

Esperamos que o conteúdo compartilhado possa inspirar e apoiar secretários de educação e prefeitos na elaboração de suas políticas públicas, além de convocar gestores de escolas, coordenadores pedagógicos e professores a refletirem sobre a alfabetização oferecida em suas redes de ensino. A ideia é identificar os pontos fortes e as ameaças que impedem o fluxo escolar saudável dos alunos, a partir do fortalecimento do Ciclo de Alfabetização, contido no Ensino Fundamental. Uma fase-chave para a construção do conhecimento, de vivências diferenciadas e do desenvolvimento de competências imprescindíveis para o sucesso da criança na escola e na vida.



5. BIBLIOGRAFIA

5. BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, S., Caderno de apoio para coordenadores pedagógicos – Alfabetização Inicial, publicação interna, Instituto Ayrton Senna, 2018.
- BARROS, Ricardo Paes de; CUFFA, Marina de; COUTINHO, Diana. Conjecturas sobre as competências socioemocionais que o professor precisa ter para ser eficaz em alfabetizar alunos em processo tardio de alfabetização, texto inédito, Cátedra Instituto Ayrton Senna | Insper, 2017.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular, Brasília (DF): MEC 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso: 24 out. 2018.
- Ministério da Educação. Ensino Fundamental de Nove Anos – Orientações Gerais. Brasília (DF): MEC; 2004.
- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Cadernos de Alfabetização. Brasília (DF): Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional; 2015.
- Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa – 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental. Brasília (DF): MEC; 1997.
- MEC/INEP. Mapa do analfabetismo no Brasil. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/assetpublisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/485756> Acesso: 24 out. 2018.
- Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Programa de formação de professores alfabetizadores: guia de orientações metodológicas gerais. Brasília: MEC/SEF, 2001.
- CAMBRÉA, V., Caderno de apoio para coordenadores pedagógicos – Letramento Científico, publicação interna, Instituto Ayrton Senna, 2018.
- CURI, E., Caderno de apoio para coordenadores pedagógicos – Matemática, publicação interna, Instituto Ayrton Senna, 2018.
- CURY, Jamil, C.R. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. In Cadernos de Pesquisa. vol. 35 nº.124 São Paulo Jan./Apr. 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742005000100002&script=sci_abstract&lng=pt Acesso: 24 out. 2018.
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- KORSAKAS, P. e FILGUEIRAS, I. P., Caderno de apoio para coordenadores pedagógicos – Linguagem Corporal, publicação interna, Instituto Ayrton Senna, 2018.
- GOMBERT, J. Atividades metalinguística e aquisição da leitura. In Maluf (org). Metalinguagem e Aquisição da escrita. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

- LEMLE, M. Guia teórico do alfabetizador. São Paulo: Ática, 2007.
- MALUF, M. R.; CARDOSO-MARTINS, C. (Org.). Alfabetização no século XXI: como se aprende a ler e a escrever. Porto Alegre: Penso, 2013. 184p.
- MORTARI, M.R.L. Os sentidos da alfabetização: São Paulo 1876 – 1994. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf/>. Acesso: 24 out. 2018.
- TOCCHET, C. e PRUDÊNCIO, C., Caderno de apoio para coordenadores pedagógicos – Língua Portuguesa, publicação interna, Instituto Ayrton Senna, 2018.

PESQUISAS

Pesquisa “Políticas Públicas para a Redução do Abandono e da Evasão Escolar de Jovens”, conduzida pelo economista Ricardo Paes de Barros e resultado da parceria entre Instituto Unibanco,

Instituto Ayrton Senna, Insper e Fundação Brava. Disponível em:
<http://gesta.org.br/tema/engajamento-escolar/>. Acesso: 24 out. 2018.

Estudo especial sobre alfabetismo e competências socioemocionais na população adulta brasileira –

Coordenação do estudo: Instituto Paulo Montenegro, Instituto Ayrton Senna e eduLab21, 2016.

Disponível em: <http://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/atua%C3%A7%C3%A3o/centros/edulab21/INAF-Relatorio.pdf>.

Acesso: 24 out. 2018.

SITES CONSULTADOS:

Porvir – Especial Socioemocionais, baseado na Série Diálogos – O Futuro se Aprende Disponível em:

<http://porvir.org/especiais/socioemocionais/>. Acesso: 24 out. 2018.

Livreto Tomando nota – Sobre as competências socioemocionais nas escolas, produzido por edulab21/Instituto Ayrton Senna. Disponível em:

https://www.dropbox.com/s/107yeryexybjbrf/Livro_TomandoNota_IMPRESSO_16.09.16cv.pdf?dl=0.

Acesso: 24 out. 2018.

Jornal Folha de S.Paulo – Entrevista com Oliver John, por Érica Fraga, 30/06/2017.

Inteligência com números e livros não é suficiente, diz psicólogo. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1897273-habilidade-socioemocional-e-o-meio-para-o-sucesso-diz-psicologo.shtml>.

Acesso: 24 out. 2018.



institutoayrtonsenna.org.br